



Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos

Educação Popular: cursos, assessorias e proj. pedagógicos - CNPJ 76.006.188/0001-47 - aditepp@aditepp.org.br

Rua Des. Westphalen, 1373 - Fone: (41) 223-3260 Fax: (41) 225-7857 - 80230-100 - Curitiba - PR - Brasil

SISTEMATIZAÇÃO

SENSIBILIZAÇÃO DO PÚBLICO MASCULINO PARA DISCUTIR, COMPREENDER E MODIFICAR AS RELAÇÕES TRADICIONAIS DE GÊNERO

Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos – **Aditepp**

Documento elaborado por:

Marília Gomes de Carvalho

Membro da equipe Aditepp para Assuntos de Gênero

Doutora em Antropologia Social – USP

Pós-Doutora pela *Université de Technologie de Compiègne* – França

Professora do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná – CEFET/PR

Teresa Cristina Nascimento

Membro da equipe da Aditepp para Assuntos de Gênero e Geração de Renda

Assistente Social – Universidade Federal de Juiz de Fora, MG

Educadora Popular

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia – CEFET/PR

Curitiba – fevereiro/2002

1. Introdução

A Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos – Aditepp é uma organização não-governamental, sediada em Curitiba/PR, que há 29 anos atua na área de educação popular. Desenvolve um trabalho de educação não-formal junto com os setores populares e educadores, através dos programas de Liderança e Cidadania, Produção e Geração de Renda, Compras Comunitárias, Gênero, Alfabetização, atuando em atividades como cursos, encontros, seminários, oficinas, reuniões e fóruns, entre outras.

Há 18 anos, a Aditepp vem trabalhando as questões de gênero junto a seu público beneficiário porque percebeu que não é possível democratizar as relações sociais sem alterar o padrão de relacionamento entre homens e mulheres tal como o que existe hoje em nossa sociedade. É um padrão permeado por relações de poder que impede a igualdade de gênero. No decorrer deste trabalho, houve uma participação bem maior das mulheres na população atendida pela Aditepp, e os homens pouco participaram das reuniões onde se discutiam relações de gênero. Nos programas como Alfabetização e Produção, bem como no Geração de Renda, a grande maioria era também de mulheres, e muitas desistiam de continuar em tais ações em virtude do impedimento que seus maridos interpunham por entenderem que as mulheres deviam limitar-se ao trabalho doméstico.

Para que se pudesse abrir a possibilidade de expandir a participação das mulheres e, assim, proporcionar-lhes condições para uma maior autonomia em sua vida, tornou-se essencial a necessidade de os homens refletirem e compreenderem como se dão as relações de gênero do ponto de vista da cultura e de sua complexidade na sociedade atual. Para tanto, foi necessário que eles se interessassem pela questão e se tornassem mais presentes nas atividades desenvolvidas pela Aditepp. Foi um desafio que a instituição propôs-se a enfrentar, sendo necessário criar estratégias que os sensibilizassem a discutir as relações de gênero.

Ao incorporar o público masculino nas atividades sobre gênero, a Aditepp executou um trabalho pioneiro que vale a pena ser conhecido por outras instituições educativas governamentais ou não-governamentais. Sabe-se que essa é uma questão que afeta a população de maneira geral, pois os padrões de gênero são introjetados desde muito cedo pelos indivíduos, atuando muitas vezes de forma inconsciente nos relacionamentos entre homens e mulheres, entre os homens e entre as mulheres, dificultando, assim, a prática democrática.

A fim de contribuir para um debate mais amplo sobre o tema, a Aditepp decidiu realizar esta sistematização, que tem por objetivo perceber como as estratégias utilizadas na sensibilização do público masculino contribuíram para estimular a discussão, compreensão e a modificação das relações tradicionais de gênero. Toda sistematização traz um conhecimento novo a respeito da experiência sistematizada. Partindo de uma fundamentação teórica, a sistematização permite explicitar etapas importantes do que se passou, interpretar a realidade e avançar na produção de dados que ajudarão a conhecer melhor o fenômeno sistematizado, acrescentando, assim, novos elementos para a teoria.

A experiência, ora sistematizada, faz parte do projeto **Consolidação e Fortalecimento das Relações Democráticas de Gênero no Mundo do Trabalho Informal**, desenvolvido em parceria com o Fundo para a Igualdade de Gênero, da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional – FIG/CIDA, abarcando os anos de 1998 a 2001.

No decorrer desse projeto, as abordagens de novas relações de gênero firmaram-se como tema extremamente importante, tanto para mulheres quanto para homens, tendo em vista a questão do desemprego. A maioria das pessoas envolvidas no projeto é de mulheres que buscam estratégias para aumentar a renda familiar através de diversas experiências de produção e geração de renda. O fato de as mulheres envolverem-se em atividades de geração de renda modifica suas relações em outras esferas de suas vidas, como no âmbito da família, da comunidade, da igreja e da vizinhança, entre outras.

A proposta de sistematização materializou-se a partir do desafio da participação mais efetiva do público masculino nas atividades de sensibilização para democratizar as relações de gênero. Pouco adiantava modificar a atitude e a prática das mulheres se não trabalhássemos com todos aqueles que integram a cadeia de relações dessas mulheres, representada pelos pais, maridos, filhos, comerciantes, fornecedores, vizinhos, pelas lideranças da comunidade, por educadores de órgãos governamentais e não-governamentais etc.

A partir dessa preocupação, definiu-se o tema da sensibilização do público masculino. Nosso interesse consiste em conhecer os resultados das estratégias utilizadas na experiência em questão, o que poderá contribuir para o desenvolvimento dos trabalhos da equipe Aditepp e trazer informações para outras pessoas e instituições que também atuam nas mesmas questões. Pode-se afirmar que a sistematização trouxe maior clareza analítica

sobre nossas ações. A partir dela, será possível delinear lições aprendidas e incorporar novos elementos em nossa prática.

O interesse pelo tema coincide com a proposta do FIG/CIDA em oportunizar a diversos parceiros no Brasil o exercício de praticarem a sistematização como elemento fundamental para ampliar o conhecimento acerca de uma experiência, enriquecendo a teoria e trazendo contribuições para outros atores. Para isso, membros da equipe da Aditepp participaram de uma Oficina de Metodologia de Sistematização de Experiências em Salvador/BA, no período de 11 a 14 de março de 2001, dirigida por María Mercedes Barnechea Garcia (Mima) que, a partir de então, vem coordenando o processo de trabalho das equipes envolvidas.

Após a consulta aos registros formais e informais de todas as atividades desenvolvidas no projeto **Consolidação e Fortalecimento das Relações Democráticas de Gênero no Mundo do Trabalho Informal**, após diversas reuniões com a equipe e consultora *ad hoc* para a sistematização, após a elaboração do quadro de reconstituição e a análise do material coletado, redigiu-se este relatório, que está estruturado da seguinte maneira:

- o primeiro item apresenta, de forma breve, o projeto que deu origem à experiência sistematizada;
- o segundo item discute a base conceitual, com uma abordagem sobre o conceito de gênero na história e como as relações de gênero vêm sendo concebidas na Aditepp para o desenvolvimento de sua atuação junto ao público beneficiário. O conceito de trabalho informal é também apresentado para propiciar maior entendimento sobre experiências de geração de renda nesse âmbito;
- o terceiro item traz considerações sobre o conceito de sistematização aqui adotado, uma explicação sobre o quadro de consistência do projeto de sistematização e os passos metodológicos utilizados no processo;
- o quarto item
- apresenta as estratégias usadas na sensibilização do público masculino para discutir, compreender e modificar as relações tradicionais de gênero, assim como a análise de cada estratégia, ressaltando os conhecimentos novos que emergiram de sua interpretação;

- finalmente, o último item, levanta algumas considerações sobre a pertinência da sensibilização do público masculino para discutir, compreender e modificar as relações tradicionais de gênero, apontando para as contribuições que a Aditepp trouxe aos trabalhos que se propõem intervir numa realidade sob o enfoque das relações de gênero.

2. Identificação do Projeto que deu origem à experiência que será sistematizada

2.1 Nome do projeto

Consolidação e Fortalecimento das Relações Democráticas de Gênero no Mundo do Trabalho Informal

2.2 Data de início e término

1ª Fase: de janeiro/1998 a dezembro/1999

2ª Fase (em processo): de junho/2000 a junho/2003

2.3 Situação geral do local onde se concentra o projeto

Seguem dados gerais dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), onde se concentra o projeto, a fim de mostrar algumas características quanto à área, à criação, à localização geográfica, à distância da capital, ao crescimento ou à diminuição populacional no período de 26 anos. Esses dados dão uma idéia sobre o contexto e a dimensão dos municípios trabalhados.

Quadro 1

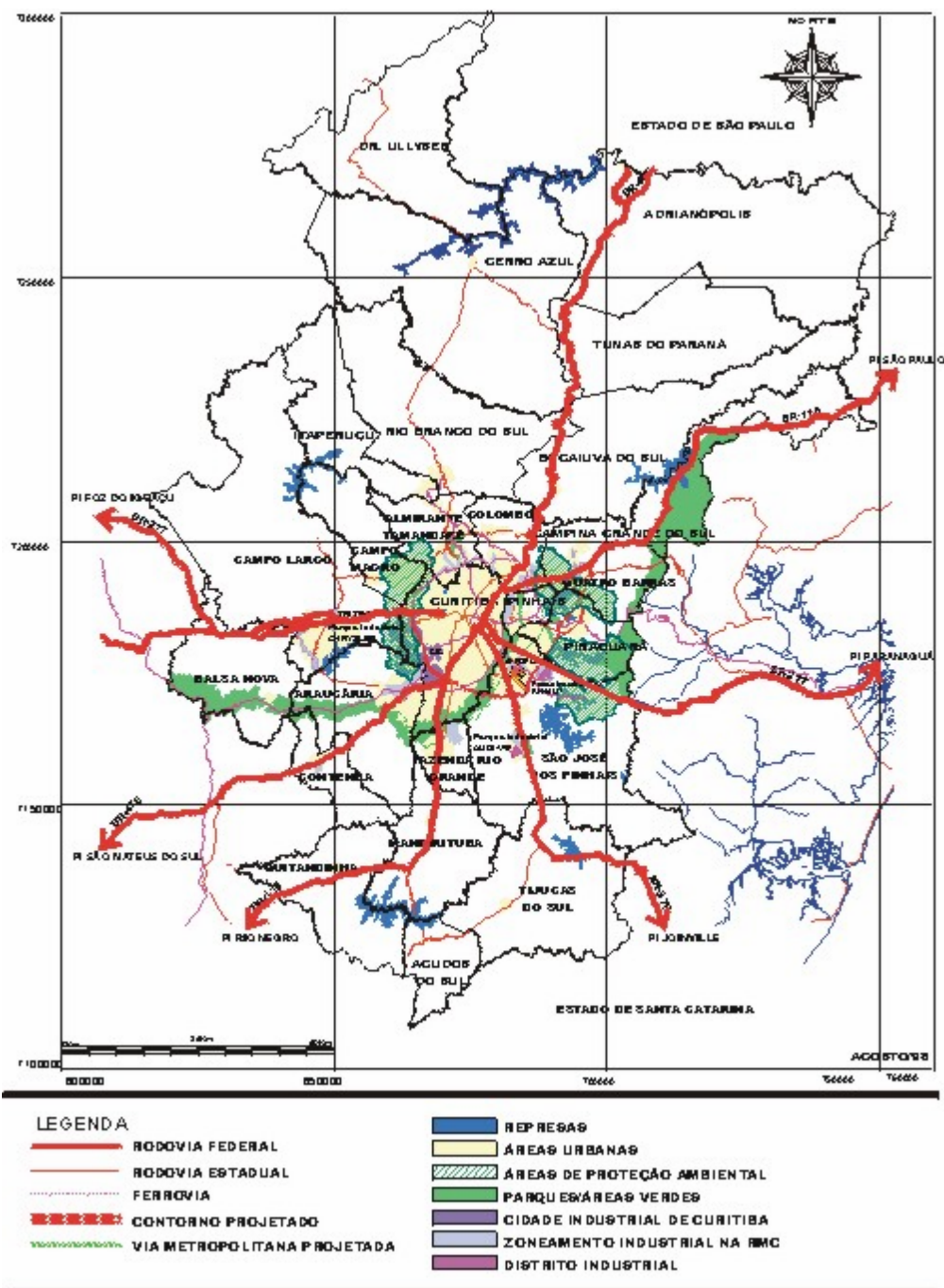
Dados gerais dos municípios da RMC onde se concentra o projeto

Município	Área	Distância da capital	Data da criação
Almirante Tamandaré	276 km ²	17 km	10 de outubro de 1947
Araucária	466 km ²	27 km	11 de fevereiro de 1890
Colombo	199 km ²	19 km	13 de janeiro de 1890
Curitiba	433 km ²	0 km	29 de março de 1693
Itaperuçu	288 km ²	37 km	9 de novembro de 1990
Pinhais	61 km ²	7 km	18 de março de 1992

Piraquara	225 km ²	22 km	17 de janeiro de 1890
Rio Branco do Sul	835 km ²	33 km	10 de outubro de 1947
São José dos Pinhais	900 km ²	15 km	27 de dezembro de 1897

Fonte: Paraná Cidade 1997

Mapa de localização



Fonte: Paraná Cidade 1997

Quadro 2

População

Município	1970	1980	1991	1996
Almirante Tamandaré	15.299	34.168	66.159	73.018
Araucária	17.117	34.799	61.889	76.684
Colombo	19.258	62.881	117.767	153.698
Curitiba	609.026	1.024.975	1.315.035	1.476.253
Itaperuçu				17.603
Pinhais				89.335
Piraquara	21.253	70.640	106.882	52.486
Rio Branco do Sul	25.133	31.767	38.296	23.212
São José dos Pinhais	34.124	70.634	127.455	169.035

Fonte: Paraná Cidade 1997

2.4 Atores

Os atores que participam do projeto compõem-se da equipe da Aditepp e beneficiários constituídos por grupos dos setores populares e educadores.

a) Equipe: quatro educadoras e um educador. São educadores populares de nível médio e superior, com experiência nas questões de gênero. Uma consultora antropóloga para dar suporte teórico ao desenvolvimento do projeto. Na parte administrativa, contamos com um contador e um motorista.

b) Beneficiários: são duas as categorias (setores populares e educadores).

- **Setores populares:** são constituídos de homens e mulheres, moradores, em sua maioria, da área urbana dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba, anteriormente citados, provenientes do Norte e do Sudeste do Paraná e do interior de Santa Catarina. São moradores da área urbana e rural de Curitiba e da Região Metropolitana. A idade está entre 18 e 60 anos. O nível de escolaridade varia desde analfabetos até o 1º grau incompleto – poucos são os que têm o ensino médio. Quanto à situação socioeconômica, o rendimento familiar varia de um a três salários mínimos, e pertencem a

grupos de geração de renda, associações e pastorais diversas, lideranças populares e há, também, donas-de-casa.

- **Educadores:** são técnicos(as) de ONGs, funcionários(as) das prefeituras, universidades, escolas técnicas e militantes de Movimentos Sociais do Sul e Centro-Sul do Brasil. Em sua maioria, são mulheres, profissionais de ciências humanas que trabalham nas Secretarias do Trabalho, Agricultura e Promoção Social dos municípios; pastorais e movimentos diversos com programas de geração de renda e reorientação alimentar.

2.5 Fases do projeto

Este projeto está dividido em duas fases. A primeira fase foi concluída em 1999, e a segunda encontra-se em andamento.

1ª Fase do projeto: de janeiro de 1998 a dezembro de 1999.

Objetivo: Potencializar e multiplicar atividades que conduzam à democratização das relações de gênero no mundo do trabalho informal pela melhoria das condições objetivas das mulheres em grupos de produção e geração de renda.

2ª Fase do projeto (em andamento): de junho de 2000 a junho de 2003.

Objetivo: reduzir a situação de desvantagem vivida pelas mulheres das regiões atingidas pelo projeto e que desenvolvem atividades de produção e geração de renda no mundo do trabalho informal.

2.6 Atividades desenvolvidas

Foram várias as atividades desenvolvidas no período de 1998 a 2001, dentre elas: seminários, *workshops*, treinamentos, oficinas, reuniões, visitas, fóruns e intercâmbios, que envolveram homens e mulheres dos setores populares e educadores, conforme **Quadro 3**.

A apresentação do **Quadro 3** tem o objetivo de mostrar, em termos quantitativos, a extensão das atividades da Aditepp junto ao público beneficiário, incluindo os setores populares e educadores. Os números indicam que a maioria dos participantes – educadores e beneficiários – foi de mulheres.

Quadro 3

Número de participantes nas atividades

Participantes	Nº de participantes				Total
	Setores populares		Educadores		
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	
Seminários	187	123	31	00	341
Reuniões	48	10	07	00	65
Visitas	08	21			29
Participação em eventos fora da Aditepp	48	13	168	60	289
Cursos, oficinas, <i>workshops</i>	47	06	31	21	105
Fóruns de homens e mulheres	45	13	21	7	86
Fóruns de Homens		22		03	25
Seminários mensais com homens		31		04	35
Congressos Intermunicipais de Geração de Renda	81	37	34	12	164
Encontros de Mulheres	98		68		166
Total	562	276	360	107	1.305

Apesar do êxito do projeto junto a um grande número de mulheres, persiste ainda um grande desafio a vencer: a sensibilização do público masculino para discutir, compreender e modificar as relações tradicionais de gênero. A fim de conhecer como ocorreu o enfrentamento desse desafio, a Aditepp propôs-se a sistematizar a sua experiência.

3. Base conceitual¹

Neste item, será apresentada uma discussão a respeito dos conceitos e autores que deram a fundamentação teórica para os trabalhos da Aditepp junto aos grupos de

¹ Os conceitos aqui apresentados encontram-se parcialmente discutidos na construção do marco teórico da Dissertação de Mestrado (em fase de elaboração) junto ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná – CEFET/PR, de autoria de Teresa Cristina do Nascimento, sob a orientação da Profa. Dra. Marília Gomes de Carvalho.

beneficiários e para a sistematização propriamente dita, unindo assim a teoria com a prática.

3.1 Gênero

História do conceito de gênero

Os estudos sobre gênero muito têm contribuído no processo de desmistificação de relações sociais que, historicamente, legitimam tratamentos diferenciados entre as pessoas. São relações que enrijecem modelos tradicionais, permeados de desigualdades sociais.

A abordagem em questão procurará, de forma breve, situar a trajetória de gênero, levando em consideração alguns de seus muitos conceitos e evidenciando o conceito de gênero que será utilizado no decorrer da presente sistematização.

Segundo Scott (1995, p.72), a palavra gênero surgiu na academia, com as feministas americanas que questionavam os estudos sobre mulheres, centradas em si mesmas e que não buscavam abordagem relacional com o sexo oposto. Exemplificando, Scott cita Natalie Davis, que afirma que “deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres, e que não deveríamos tratar somente do sexo sujeito, assim como um historiador de classe não pode fixar seu olhar apenas sobre os camponeses” (idem).

Em decorrência desses estudos feministas, a mulher conquistou visibilidade como sujeito político coletivo e o gênero ganhou novos contornos entre as décadas de 60 e 70. Os estudos buscavam desnaturalizar a histórica subordinação das mulheres na sociedade que, atendo-se às origens e às causas não conseguiu explicar o significado daquela subordinação e, tampouco, desnaturalizá-la (SCOTT, 1995).

Para o movimento feminista, o rastreamento das gêneses das desigualdades entre os sexos desmascararia a condição de inferioridade das mulheres na sociedade. Pois, à medida que ao homem é destinado o mundo público e à mulher o mundo privado, a construção cultural do poder masculino esconde-se sob a égide da complementaridade (ALVES e PITANGUY, 1981).

A evolução de gênero, como categoria analítica, ocorreu no final de século XX. Surgiu como ferramenta para entender, através do cotidiano concreto, o porquê da subordinação feminina na sociedade. O interesse era focalizar todas as formas de relações sociais e significados culturais que poderiam explicar as mudanças nos padrões de relações sociais entre homens e mulheres. Ou seja, era mais importante explicar como se

construíam os significados culturais a partir das diferenças sexuais, que muitas vezes era base para discriminação, do que tentar explicar a origem da subordinação da mulher.

Nesse sentido, Scott (1995, p.86) argumenta que “devemos nos perguntar mais seguidamente como as coisas se passaram para descobrir por que elas se passaram; segundo a formulação de Michelle Rosaldo, devemos buscar não uma causalidade geral e universal, mas uma explicação baseada no significado [...]”. Scott ainda cita Rosaldo, quanto à sua exemplificação da importância do termo “significado”: “Vejo agora que o lugar da mulher na vida social humana não é, de qualquer forma direta, um produto das coisas que ela faz, mas do significado que suas atividades adquirem através da interação social concreta” (idem).

O entendimento sobre gênero como categoria de análise requer atenção ao processo de práticas significantes. Elas descrevem a realidade das pessoas, pormenorizando o entrelaçamento do sujeito com suas redes de relações hibridizadas, oportunizando expor como acontecem as mudanças (SCOTT, 1995).

Breve revisão teórica dos conceitos

O conceito de gênero vem sofrendo modificações ao longo de sua trajetória. Portanto, sempre que se for trabalhar com ele, torna-se necessário defini-lo previamente, esclarecendo em que sentido exatamente está sendo utilizado.

No processo de conhecimento sobre os principais conceitos de gênero desbravados por feministas e estudos acadêmicos, muito oportuna será a revisão teórica elaborada por Cláudia Costa, que nos alerta: “a crítica à polaridade masculino/feminino está florescendo outros e mais profundos *insights* sobre como as relações de gênero são criadas, experimentadas e mantidas” (COSTA,1994, p. 142).

Muitos pesquisadores, no início, conceituaram gênero como uma variável binária, configurando parâmetros do que seja masculino e feminino. O referido conceito trabalha com a noção de que homens e mulheres valem-se de determinada linguagem em virtude de suas respectivas diferenças sexuais, ou seja, o homem teria características mais racionais, e as mulheres, características mais emotivas. A crítica a essa abordagem vem de um olhar atento ao cotidiano de homens e mulheres. Percebeu-se que o conceito de gênero como variável binária não dava conta das múltiplas diferenças que há entre os próprios homens e entre as próprias mulheres. Não se percebia que a linguagem sustenta-se por um processo dialético de construção e reconstrução, envolvendo os mais importantes marcadores, como identidade social, poder, classe, idade ou etnia, do que apenas o sexo da pessoa. Não se

observava que a (re)produção da linguagem dá-se, decisivamente, mais pela confluência desses marcadores do que pelas diferenças sexuais.

Outros teóricos conceituaram gênero como *papéis dicotomizados* que denotam as posições sociais que homens e mulheres assumem na sociedade. Esses papéis sociais são conhecidos e internalizados por meio do processo de massificação de atitudes e condutas que são aprendidas por homens e mulheres. A própria sociedade encarrega-se de vigiar e punir a quem transgride o que é determinado e recompensa a quem, com o tempo, vai (con)firmado o modelo preestabelecido.

A crítica a essa conceituação ressalta o fato de ela não abranger as especificidades dos papéis. Ou seja, uma coisa é constatar a internalização na sociedade dos papéis próprios dos homens e das mulheres (homem – mundo público, mulher – mundo privado, por exemplo). Outra coisa é reconhecer as especificidades no interior de cada papel. Assim, a conceituação é muito abstrata, não explicando mudanças nas relações de gênero a partir do confronto entre o que é aprendido – que são os papéis – e as (des)reconstruções a partir das vivências dos sujeitos que interagem num cotidiano concreto e complexo. Como consequência, não se tem espaço para discutir-se as relações de poder e as desigualdades sociais.

Uma outra visão compreende gênero como uma *variável psicológica*, em que o modo de ser feminino ou masculino é sustentado por uma escala: “desenvolveram um instrumento onde as diferenças entre masculinidade e feminilidade constituiriam mais uma questão de grau do que de oposição” (COSTA, 1994, p. 150). É-se mais feminino ou masculino dependendo da localização do sujeito na escala conceitual. Dentro dela e mediante sua posição, homens e mulheres formam sua personalidade. Para esses teóricos, o ideal era que os sujeitos estivessem no meio (ser andrógino).

Dentre as críticas, duas se sobressaem. Uma, denota que a abordagem reforça estereótipos sexuais, ressaltando a correspondência entre expressividade/feminilidade e instrumentalidade/masculinidade. Outra, mesmo admitindo que nas trajetórias de vida de crianças e adultos, dos sexos masculino e feminino, são transmitidos diferentes modelos de comportamento, alerta que classificar um conjunto como sendo masculino e outro como feminino é encobrir a particularidade dos indivíduos.

Gênero como *sistema cultural* é o que professa um outro estudo teórico. Esse marco ressalta as diferenças entre homens e mulheres sustentado por dois sistemas imensuráveis que moldam, respectivamente, desde a infância, homens e mulheres. Essas trajetórias é que seriam as responsáveis pelas diferenças entre homens e mulheres a partir do fortalecimento

de valores culturais, formando subculturas na sociedade. Costa cita Mattz e Borker (1994, p.154) como defensores dessa abordagem. Os referidos autores afirmam: “homens e mulheres vêm de diferentes subculturas sociolingüísticas [...] em que aprenderam diferentes regras para interação, diferentes modos de discurso [...] e diferentes direitos e deveres de falar e ouvir, quando tentam se comunicar uns com os outros [...], geralmente não são bem-sucedidos”.

Críticas a essa abordagem foram formuladas tendo em vista que a defesa dos mundos separados realça as diferenças.² Dizer que gênero significa o conjunto de características e papéis sociais masculinos e femininos, ou seja, o sexo socialmente construído e condicionado pela cultura, não é suficiente para compreender a complexidade das relações que se passam entre homens e mulheres nas mais diversas situações vividas por eles.

Apesar de representar avanços teóricos e conceituais, ao dicotomizar as categorias – masculino e feminino, essa concepção de gênero acabou por englobar todos os homens num só grupo, e as mulheres em outro. Dessa forma, diferenças também relevantes, e muitas vezes igualmente discriminatórias, tais como raça, classe social, etnia, religião, profissão, idade ou outras deixam de ser vistas na análise das relações de gênero. Não se pode deixar de dizer que, dependendo das relações sociais estabelecidas e do jogo de interesse dos agentes sociais, essas diferenças podem transformar-se em desigualdades, assumindo maior importância do que as diferenças de gênero.

Assim, mesmo considerando gênero como construção social, é importante lembrar que não existe um único modelo de masculino e feminino na sociedade, especialmente quando se trata dos meios urbano-industriais mais recentes, com características de grandes metrópoles, onde a diversidade cultural emerge em toda a sua plenitude. As relações sociais são cada vez mais diversificadas, e os modelos de referência são colocados em cheque a todo o instante, de forma tal que a negociação de significados ocorre em todos os grupos e situações sociais, quase que o tempo todo. As pessoas não se comportam, portanto, sempre da mesma maneira.

Quando se vive numa sociedade culturalmente heterogênea, os padrões variam de grupo para grupo, de acordo com diferentes circunstâncias. O que é padrão de masculinidade ou feminilidade para um, pode não o ser para outro. Do mesmo modo, se

² Costa dá alguns exemplos das diferenças: “o acesso desigual aos recursos por parte das mulheres; a separação ocupacional e social entre homens e mulheres; a segregação das mulheres e de sua linguagem por instituições como o estado e os meios de comunicação de massa; e a existência de estereótipos negativos disseminados, concernentes ao discurso das mulheres [...]” (1974, 155).

numa determinada situação, o homem ou a mulher têm seus papéis e comportamentos muito bem definidos, em outras, esses modelos podem mudar.

Avançando nas teorias, vamos encontrar gênero como *categoria relacional*, distanciando-se da visão binária e da divisão de papéis para reforçar o discurso de que somente a observação da prática cotidiana das diversas interações entre sujeitos pode favorecer uma análise de como as várias dimensões da vida das pessoas vão estruturando relações de gênero. Esse exercício de análise favorecerá uma ampliação do conceito de gênero não mais como visão de homens e mulheres em subculturas e/ou dicotomizados, mas abertos a infinitos arranjos de masculinidades e feminilidades. Na síntese de Costa (1974, p. 161):

“a reelaboração do gênero como contextual, relacional, e efeito de certas estratégias, abriu novas avenidas para o estudo da linguagem. Os gêneros passam a ser entendidos como processos também moldados por escolhas individuais e por pressões situacionais compreensíveis somente no contexto da interação social”.

A autora lembra Judith Butler, quando defende que “o que uma pessoa é, e até o que o gênero é, é sempre relativo às relações construídas e nas quais o próprio gênero se constitui” (idem).

Essa perspectiva não aceita a proposição de que a identidade dos sujeitos é construída com base em critério biológico que, por sua vez, justificaria a diferença de comportamento entre os sexos. Tampouco, contenta-se com a versão do sexo socialmente construído, que não dá conta das múltiplas relações que homens e mulheres vivenciam nas respectivas trajetórias de vida.

A referida abordagem deixa em segundo plano o gênero como modelo dominante de masculino e feminino, por compreender que as pessoas utilizam modelos mais conservadores, outras vezes modelos mais democráticos, em função de contextos específicos. Gênero passaria a ser visto, segundo Simião (2000, p.3):

“como uma linguagem, uma forma de comunicação e ordenação do mundo, que orienta a conduta das pessoas em suas relações específicas e que é, muitas vezes, base para preconceitos, discriminações e exclusão social”.

É a partir dessa base conceitual que gênero vem sendo trabalhado na Aditepp.

3.2 Trabalho informal

A explicitação deste conceito é importante porque os programas de geração de renda são desenvolvidos no âmbito do trabalho informal.

A denominação de setor informal propagou-se na América Latina entre 1970 e 1980 em função da forte migração populacional do campo para a cidade. Segundo Klein (1990), as migrações são decorrentes de processos de modernização que expulsam as pessoas do campo, ou até mesmo justifica-se por fatores de atração exercidos pelas cidades.

O mesmo autor, recorrendo aos números, exemplifica que, enquanto na década de 1950, na América Latina, 55% da população economicamente ativa trabalhava na agricultura, na década de 1990 tinha-se menos de 30%.

As migrações trouxeram rápido crescimento da procura de emprego urbano, e também veloz e crescente foi a problemática da insuficiência de postos de trabalho para absorver a oferta de mão-de-obra. Klein (1990, p.179), referindo-se a Kaztaman e Ramos, observa que na década de sessenta, “apesar de absorver emprego a um ritmo elevado, o setor industrial era, todavia, insuficiente para resolver toda a pressão de oferta resultante das migrações do campo”.

No caso brasileiro, entre os anos sessenta e setenta, 28 milhões de trabalhadores(as) foram forçados a sair da área rural pelo processo de modernização conservadora da agricultura (KRAYCHETEE, 2000).

Essa situação que se instaurou na América Latina chamou a atenção de estudiosos para a

“busca de um marco conceitual que explicasse a persistência de um setor da economia presente nas diversas atividades urbanas e que se caracteriza pelo fato de uma parte significativa das pessoas nele inseridas se encontrarem subempregadas, no sentido de terem pouco trabalho e/ou, perceberem baixos rendimentos” (KLEIN, 1990, p. 180).

É importante sublinhar que neste início de percepção do setor informal, a referência era o setor informal urbano (SIU). Não se discutia a informalidade na área rural, talvez pelo já referido processo de migração.

No ano de 1998, segundo Malaguti (2001, p. 77), “vinte e sete anos após surgirem as primeiras pesquisas sobre o tema, o emprego informal é arrimo de 57% da população

economicamente ativa, (77 milhões), nos cálculos do insuspeito José Pastore" (2001, p. 77).

Observa-se que o trabalho informal preenche precariamente necessidades práticas de um grande **contigente** de pessoas submetidas a um modelo concentrador de renda.

Nos anos setenta, o setor informal ainda era entendido por alguns como “um subproduto de um eventual período de crise ou insuficiente desenvolvimento do setor moderno, e que seria superado pelo crescimento econômico. Desse ponto de vista, não haveria por que perder tempo discutindo-se a viabilidade do setor informal. [...] o futuro era o capital e todos cresceríamos juntos” (KRAYCHETEE, 1998, p. 78).

O mesmo autor salienta que a corrente acima já admite que o futuro é o capital, mas nem todos serão ganhadores. Em relação à esquerda, a luta era pelo socialismo e a estratégia era o sindicato. Hoje, as crescentes transformações no mundo do trabalho demonstram a diminuição do número de pessoas sindicalizadas. Para Kraychetee, “parece que, entre o desenvolvimento capitalista e a revolução socialista, o chamado setor informal ficou como elo perdido” (idem).

Essas duas visões vêm se deparando há duas décadas com o que Antunes (2000) denomina de “desproletarização do trabalho industrial”, impulsionando uma crescente “subproletarização do trabalho” tamanha é a heterogeneidade de suas formas precarizadas. Essa precarização encontra-se nas jornadas parciais de trabalho, no trabalho terceirizado e/ou subcontratado, nas diferenças de rendimentos entre homens e mulheres.

Face à expansão da precarização do trabalho, duas novas visões rodeiam a atividade informal. Segundo Kraychetee, uma discursa a empregabilidade, e a outra faz referência à economia popular.

O discurso da empregabilidade tenta mascarar as mazelas do capitalismo, buscando argumentos para que o indivíduo faça das habilidades polivalentes o refúgio de sua sobrevivência. “Estar disponível para todas as mudanças, todos os caprichos do destino [...]. Ele deverá estar pronto para trocar constantemente de trabalho” (FRIGOTTO, p. 12). Por outro lado, há estudos sobre a importância de se conceituar termos como economia popular ou socioeconomia solidária. Esses estudos constatam a diminuição de propostas de empregos regulares e asseveram que “a reprodução da vida de uma parcela crescente da população passa a depender, em maior escala, de uma economia que se alimenta de inúmeras atividades realizadas de forma individual, familiar ou associativista, envolvendo um extenso fluxo de produção e troca de bens e serviços” (KRAYCHETEE, 2000, p. 23-24).

Coraggio (2000) conceitua como reprodução ampliada a experiência de um grupo doméstico que pode ser formado por pessoas da mesma família, por grupos de amigos, grupos de vizinhança, que se unem para trabalhar em conjunto, dividindo recursos e discutindo estratégias capazes de consolidar o modo escolhido para reproduzir a vida coletiva. O autor observa que a reprodução ampliada não se resume ao acesso a maiores rendimentos econômicos.

Em época de crise, quando a redução do tamanho do Estado vem imprimindo carências econômicas e sociais à grande maioria da população, a busca pela alternativa de renda vem se constituindo em grande desafio para as mulheres (1995).³

Essas mulheres fazem parte do índice de 82,8% de trabalhadoras informais que trabalham em seus respectivos domicílios.⁴ Tal dado confirma as análises de Lavinias e Sorj (2000, p. 215), quando as autoras ressaltam que a preponderância do trabalho feminino domiciliar, em relação ao masculino, deve-se “tanto em virtude do viés de gênero presente nas definições de postos de trabalho, como pelas responsabilidades familiares que recaem sobre elas e seus fortes vínculos comunitários”.

Nesse sentido, é importante assinalar que “o trabalho das mulheres não depende apenas da demanda do mercado e das suas necessidades e qualificações para atendê-la, mas decorre também de uma articulação complexa, e em permanente transformação [...]” nas relações intra e extrafamiliares. (BRUSCHINI, 2000, p. 17). Para Kraychetee:

“o que seria um comportamento irracional ou ineficiente, sob a lógica da acumulação do capital, assume um outro significado [...] é impossível separar as atividades de produção e comercialização de bens e serviços das circunstâncias de reprodução da vida da unidade familiar [...]” (2000, p. 36).

Segundo Simião (2000, p. 5),

“a dificuldade de reconhecer na atividade desenvolvida por essas mulheres um caráter empresarial costuma ser muito forte entre os homens da família, mas está muitas vezes presente também nas próprias mulheres. Está

³ *Género, Educación y Economía Popular – una agenda pendiente.*

⁴ PNAD – 90, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 1990. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

relacionada a modelos de gênero que associam a uma função masculina tarefas de sustento familiar, comércio, negociações públicas [...].”

Para que a atividade profissional das mulheres no âmbito do trabalho informal seja reconhecida, é preciso que ela conquiste visibilidade na esfera pública, o que nem sempre consegue. De acordo com Suárez (2002, p. 5), enquanto as mulheres ficarem isoladas na esfera privada e não participarem mais ativamente das políticas públicas que decidem sobre seu destino, dificilmente terão acesso a seus direitos de cidadãs. O efetivo exercício de cidadania implica participar mais ativamente de movimentos organizados ou de organizações que permitam às mulheres perceberem-se "como sujeitos que, ao tornar visíveis suas vidas privadas nos espaços públicos, passam a ser reconhecíveis e reconhecidos".

4. A experiência de sistematização

4.1 Conceituação

Para que se compreenda em que consiste um processo de sistematização, apresentase a seguir um conceito que aqui será adotado:

“A sistematização é aquela *interpretação crítica* de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relaciona entre si e por que o fizeram desse modo” (HOLLIDAY, 1996, p. 29).

Toda a sistematização de uma experiência implica colocar em ordem fatos desordenados e dispersos para objetivar e interpretar o vivido, produzindo um novo conhecimento. Assim, ao realizar a sistematização, passa-se a conhecer a maneira como se desenvolveu o processo e a sua lógica interna. Esse procedimento é importante porque, através dele, é possível obter um conhecimento da prática a fim de melhorá-la e renovar a teoria.

Com relação à prática, a sistematização contribui para construir uma visão comum na equipe, a superação de erros, como o ativismo, e melhora a nossa prática e a de outros, mediante uma aprendizagem coletiva. Quanto à teoria, enriquece e atualiza os conceitos e

marcos teóricos existentes a partir da prática, aproximando a teoria da realidade (GARCIA, 2001).⁵

4.2 Quadro de consistência

Conforme foi citado anteriormente, a experiência que a Aditepp elegeu para sistematizar refere-se à sensibilização do público masculino para discutir, compreender e modificar as relações tradicionais de gênero.

Essa experiência vem se desenvolvendo desde o ano de 1998, à medida que se julgou necessária uma participação mais ativa dos homens nas discussões sobre relações de gênero, pois a sua não-participação dificulta sobremaneira as transformações nas relações tradicionais entre homens e mulheres e a busca de sua democratização. Não haveria bons resultados caso as mulheres modificassem suas práticas e atitudes, mas se os integrantes do seu meio (pais, maridos, filhos, vizinhos etc.) não participassem do trabalho. Sabe-se que as mulheres não podem modificar sozinhas a sociedade, porque ela é composta também de homens, com os quais elas interagem, tornando-se necessário que eles também se modifiquem para que possa haver avanços na democratização das relações de gênero. Porém, percebe-se que há uma resistência por parte do público masculino para a mudança, o que nos levou a indagar sobre como é possível sensibilizá-los para essa questão. A indagação resultou na construção da seguinte proposta de sistematização resumida no quadro a seguir.

Quadro 4

Consistência do projeto de sistematização

Experiência: sensibilização do público masculino para discutir, compreender e modificar as relações tradicionais de gênero.		
Objetivo	Tema	Pergunta central
Compreender como as estratégias utilizadas na sensibilização do público masculino contribuíram para estimular a discussão, a	Sensibilização do público masculino para discutir, compreender e modificar as relações tradicionais de gênero.	Como as estratégias utilizadas na sensibilização do público masculino contribuíram para discussão, compreensão e modificação

⁵ Para maiores detalhes sobre as etapas e a metodologia de uma sistematização, consultar em Holliday (1996) e Garcia (2001).

compreensão e a modificação das relações tradicionais de gênero.		das relações tradicionais de gênero?
--	--	--------------------------------------

Sensibilização é aqui percebida como o motor que desencadeia a reflexão, a discussão e a compreensão. *Sensibilizar* é o primeiro passo; chama atenção para o problema, não significando conscientização. *Discutir* é ação comunicativa, intercâmbio de experiência pessoal. É comunicar para o outro a sua prática, a sua história e refletir sobre ela. *Reflexão* é relacionar causas, efeitos e conseqüências. É a explicação do porquê de as coisas serem como são. *Compreender* é a visão completa, é encontrar explicações. Para *modificar*, é necessário compreender, mas a compreensão não leva necessariamente à mudança. É preciso que haja um desejo de mudança, uma tomada de posição e uma luta interior contra os condicionantes psicológicos, políticos, culturais, sociológicos, afetivos, econômicos e religiosos que enraizaram as tradicionais relações de gênero.

4.3 Metodologia da sistematização

Participaram diretamente dessa experiência:

- María Mercedes Barnechea Garcia (Mima), consultora do FIG/CIDA, especialista em sistematização e coordenadora de seu processo;
- equipe da Aditepp, composta pela Direção, por educadores e pela consultora nas questões de gênero;
- consultora *ad hoc*, Iliana Pereyra Sarti, Coordenadora da REPEM- Rede de Educação Popular entre Mulheres/Uruguai, que participou de três reuniões com a equipe da Aditepp, cuja finalidade foi auxiliar nos questionamentos e nas discussões sobre a sistematização.

Passos metodológicos

- **Elaboração do Projeto de Sistematização:**
 - definição dos objetivos, do tema e da pergunta central;
 - elaboração do quadro de consistência;
 - justificativa e importância do tema;
 - escolha da metodologia.
- **Reconstituição da experiência**

Esta etapa consistiu em organizar todos os acontecimentos relativos à experiência a ser sistematizada, de maneira a desvendar o processo real e as diversas visões dos participantes para construir uma visão comum. Para tanto, foi necessário pesquisar os diversos tipos de registros disponíveis na Aditepp sobre a experiência:

- registros formais do projeto (projeto que deu origem à experiência a ser sistematizada, planos operacionais, relatórios semestrais e trimestrais, avaliações da equipe Aditepp e dos beneficiários, e Boletins Informativos – números 46, 47 e 49);

- registros informais (acervo fotográfico da instituição, materiais de apoio produzidos, vídeos);

- registros individuais (fichas de acompanhamento, relatórios de atividades, anotações de reuniões com a equipe e/ou com os beneficiários(as);

- registros coletivos (memórias de atividades coletivas da equipe).

- **Elaboração do quadro de reconstituição**

A pesquisa nos registros citados resultou no preenchimento do quadro de reconstituição, de acordo com o seguinte procedimento: por ano (1998 a 2001) e atividades, resgatando data, quem realizou, objetivos da atividade, procedimentos, número de participantes, resultados, contexto, observações e questionamentos.

- **Reuniões com a equipe e consultoria *ad hoc***

Espaço onde ocorreu a troca de informação e a discussão sobre os questionamentos decorrentes do processo de sistematização, socialização das reflexões individuais, incorporando os pontos de vista e as perguntas dos diversos atores envolvidos na experiência.

- **Internet**

Contatos via internet com María Mercedes Barnechea Garcia (Mima), Consultora do FIG/CIDA e especialista na temática para o acompanhamento do processo de elaboração e aprovação do projeto de sistematização, a apresentação e a problematização do quadro de reconstituição e orientação para a análise da experiência.

5. Estratégias utilizadas na sensibilização do público masculino para discutir, compreender e modificar as relações tradicionais de gênero⁶

⁶ A experiência de sensibilização do público masculino para as questões de gênero não se limitou a trabalhar apenas com os homens, mas teve a participação também das mulheres. Nas atividades específicas com o público masculino, (seminários e o Fórum Interestadual de Homens) os que participaram foram: maridos e parentes próximos das beneficiárias, lideranças comunitárias convidadas especialmente para as

As considerações feitas neste item referem-se aos conhecimentos novos que foram sendo incorporados pela equipe da Aditepp, à medida que desenvolveu seu trabalho junto aos grupos e participou de discussões sobre essa sistematização. Todo o processo foi acompanhado de leituras sobre as teorias que fundamentaram o trabalho.

Estratégia é o caminho geral de ações para se chegar a um objetivo. A estratégia é uma hipótese de ação, é um procedimento, uma forma de trabalhar, prevendo que a realidade pode ser modificada.

1ª Estratégia: sensibilização do público masculino perpassando todos os programas da Aditepp

A sensibilização do público masculino fez parte da agenda da Aditepp em todos os seus programas educativos e de desenvolvimento nas áreas de capacitação em liderança e cidadania, compras comunitárias/segurança alimentar, alfabetização, gênero e geração de renda. Entendemos que os participantes dos referidos programas, de alguma forma, tinham ao seu entorno a problemática das relações democráticas de gênero no mundo do trabalho.

A inserção da sensibilização do público masculino para as questões de gênero nos cursos, seminários, congressos, reuniões, seja com beneficiários, seja com órgãos públicos, seja com educadores ou com o público em geral, foi uma maneira de os(as) participantes conhecerem e perceberem a questão de gênero não só do ponto de vista da mulher, mas também do ponto de vista masculino, ou melhor, do ponto de vista das relações de gênero (COSTA, 1974; SIMIÃO, 2000). A ampliação dessa discussão possibilitou um maior raio de ação, envolvendo um número significativo de homens e mulheres, principalmente após constatar que a participação masculina sempre era menor do que a feminina em atividades sobre o tema. A partir dessa prática, um maior número de homens beneficiários foram sensibilizados, incluindo ainda técnicos e educadores de órgãos públicos que atuam em políticas públicas de trabalho e outros homens dos setores populares.

Tal estratégia permitiu que a Aditepp imprimisse um ritmo de capacitação da equipe para perceber e atuar na sensibilização masculina. No processo do trabalho, a equipe envolveu um número considerável de pessoas dos setores populares e órgãos governamentais e não-governamentais que desconheciam o tema. Aqueles que concebiam

reuniões, funcionários dos órgãos públicos ligados a esse público-alvo, educadores atendidos pela Aditepp e demais interessados.

gênero apenas sob a ótica da mulher passaram a perceber a necessidade da inclusão do público masculino na discussão e a importância da perspectiva relacional de gênero.

O envolvimento da equipe Aditepp com a sensibilização do público masculino para trabalhar gênero possibilitou-lhe o entendimento de que sensibilização, discussão, reflexão e compreensão de um fenômeno não significam, necessariamente, mudança de comportamento e atitude. A equipe constatou que as mudanças não são definitivas nem totais. Muitas vezes, as pessoas compreendem e incorporam a mudança no discurso; porém, a prática revela-se fragmentada e contraditória. É o caso de uma mulher cuja fala apresentava o questionamento das relações tradicionais de gênero e a incorporação de mudanças de atitude. Entretanto, quando saiu do grupo justificou esse fato, dizendo que foi por "exigência do marido".

Pode-se dizer que o processo de mudança é permeado de avanços e recuos, ou seja, ora a pessoa assume uma atitude mais democrática, ora ela retrocede para a forma tradicional, dependendo do contexto onde se encontra. É difícil mudar, integralmente, costumes arraigados, porque, para modificar as relações de gênero, as pessoas têm que romper com os condicionantes psicológicos, culturais, políticos, religiosos e familiares, acarretando, muitas vezes, conflito interior de difícil superação.

Esse conhecimento nos fez constatar que não é suficiente dizer que gênero é um conjunto de características e papéis sociais masculinos e femininos, ou seja, o sexo socialmente construído e condicionado pela cultura. Para compreender a complexidade das relações que se passam entre homens e mulheres nas mais diversas situações vividas por eles, é necessário partir da idéia de que a realidade social é composta de inúmeras possibilidades, principalmente num meio cultural heterogêneo, como é a nossa sociedade. Portanto, não existe um único modelo do que seja masculino e feminino, mas vários, dependendo das diversas situações sociais vividas (COSTA, 1974). Gênero, portanto, pode ser compreendido como uma linguagem que permite interpretar diversas manifestações da vida social, desde as relações entre homens e mulheres, entre homens e entre mulheres, até a forma como se passam as relações sociais como um todo (SIMIÃO, 2000).

2ª Estratégia: Realizar atividades só com homens, só com mulheres e atividades mistas

A Aditepp possui em sua programação encontros de mulheres com o tema "Quem somos nós no mundo do trabalho" (março de cada ano), os fóruns interestaduais de homens e mulheres (outubro de cada ano) e iniciou no ano de 2000 a experiência com os fóruns

interestaduais de homens (mês de outubro) e seminários mensais com o público masculino. Outras atividades eram mistas.

Essa estratégia consistiu em criar espaços mistos e separados possibilitando ampliar as formas de abordar a sensibilização de gênero com e sobre o público masculino. É que a referida abordagem pode trazer novos elementos, dependendo do público presente. Por exemplo, o tema desemprego foi discutido com um público misto e só com os homens. A postura dos homens discutindo num público misto foi diferente do espaço só com homens. Na atividade mista, os homens presentes teceram comentários sobre o desemprego de uma forma distante, mais geral. Quando o desemprego foi discutido num espaço masculino, eles expressaram como se sentiam na condição de desempregados e o que esta condição trazia de conflito.

Trabalhar gênero só com os homens revelou-se um desafio, dada a desconfiança que eles demonstravam. Foi necessária a escolha e a capacitação de profissionais que percebessem a questão sob o prisma teórico adotado pela Aditepp.

Nas atividades com o público masculino, eles tiveram maior liberdade de expor suas questões pessoais e subjetivas. Muitos foram os procedimentos adotados: a realização da atividade no horário das 19h às 22h, quando os homens já saíram do trabalho; relaxamento no início dos seminários; dinâmicas de grupo, nas quais os homens falaram livremente sobre sua trajetória de vida e experiências pessoais; a definição dos temas dos seminários pelos próprios participantes; dramatizações; dinâmicas de grupo para resgatar os fatos marcantes na trajetória de vida dos participantes e a rotina de seu cotidiano no mundo público e privado, bem como o levantamento dos desafios aos homens nos dias de hoje, dentre outras. Esses procedimentos permitiram que os presentes se sentissem à vontade para falar sobre sua vida e seus problemas. Expor a subjetividade é difícil para grande parte dos homens em virtude de sua socialização e seus condicionamentos culturais. O desabafo de um deles, através de lágrimas, evidenciou a emoção extravasada. Percebeu-se que os homens sentiam-se bem neste espaço, tendo em vista que participavam ativamente, sugeriam temas para as próximas reuniões e muitos deles voltavam.

Ao trabalharmos especificamente com o público masculino, houve um avanço no sentido de que eles percebessem como os condicionantes culturais interferem em suas relações sociais. Assim, nosso aprendizado revelou que, sob a ótica de alguns homens, a relação que eles têm com as mulheres não se trata de dominação, mas sim da reprodução

de um padrão masculino, socialmente aprendido, cuja transgressão resulta em cobranças de seu meio social.

Nesse contexto, percebeu-se a necessidade de aplicar-se uma metodologia diferenciada ao público masculino, eliminando procedimentos que resultassem na vitimização da mulher, por um lado, e na visão de que o homem é o responsável pelas dificuldades que ela tem de se impor como sujeito, por outro. Esta dicotomia (masculino/feminino) coloca em oposição homens e mulheres, dificultando uma abordagem relacional.

No trabalho em geração de renda com mulheres, foi enfatizado o espaço privado porque as experiências de trabalho informal acompanhadas pela Aditepp ocorrem no ambiente doméstico. Há uma coincidência entre o trabalho da mulher com a sua vida familiar (LAVINAS e SORJ, 2000 e KRAYCHETEE, 2000). Os quadros diagnósticos das relações marcadas por gênero demonstram que as mulheres apontaram como um dos grandes entraves para o início e a continuação de seu empreendimento a dificuldade em conquistar um espaço físico em casa para realizar o trabalho, assim como para conquistar uma divisão das tarefas domésticas de forma tal que ela pudesse dedicar-se mais ao trabalho. Essas conquistas só ocorrem se elas conseguirem, junto à família, também a credibilidade quanto à importância de seu trabalho, seja do ponto de vista financeiro, seja do profissional. Muitas a alcançaram, o que significa que houve uma transformação, mesmo que não representasse a democratização do poder dentro da família. Não deixa de ser, porém, uma das muitas etapas desse processo de mudança.

O ganho desses espaços pelas mulheres demonstra que os homens envolvidos no contexto foram sensibilizados de algum modo. No processo de mudança, não foram poucas as vezes que perguntávamos se os espaços conquistados pelas mulheres representavam de fato indicadores de sensibilização dos homens ou se eles “consentiam” o referido espaço por interesse financeiro proveniente do trabalho feminino e não pela valorização de sua mulher como profissional que tem direito à autonomia. Entretanto, mesmo que o interesse e o respeito pelo trabalho da mulher aconteçam apenas pelo fator financeiro, ainda assim arriscamos afirmar que houve mudança substantiva.

A experiência tem demonstrado que o processo é lento e complexo, repleto de múltiplas determinações. Portanto, uma atitude reducionista, que coloca a explicação em apenas um fator, pode empobrecer a compreensão do fenômeno. A dimensão da mudança, que para o educador pode parecer pouco expressiva, para os homens e mulheres envolvidos, por sua vez, pode representar um avanço. Por exemplo, o simples fato de a

mulher conseguir negociar melhores condições de trabalho junto ao homem, pode indicar mudanças porque altera alguns condicionantes culturais que anteriormente a impediam de negociar a questão. Considera-se que houve mudança mesmo que esse progresso seja eventualmente creditado ao proveito financeiro e não à valorização do trabalho de sua mulher. Em tal contexto, pode-se considerar ainda que, para o homem, assim como para a sociedade de uma maneira geral, essa valorização está relacionada a vantagens materiais.

Foi possível perceber a sensibilização do homem pelo trabalho da mulher, observando como a família envolve-se com o referido trabalho com o passar do tempo. Há também os indicadores de que o trabalho vem interferindo positivamente na qualidade de vida da família, como, por exemplo, o caso de uma mulher que “tinha sentimento de culpa pois não dava para trabalhar fora e atender a casa”. Hoje, temos um entendimento sobre a divisão de tarefas. Questão da construção conjunta. Outro exemplo é a visita de um grupo de educadores a um empreendimento liderado por mulheres: “quando recebemos uma visita de um grupo de Florianópolis, meu marido não gostou e disse: ‘onde já se viu homens entrarem dentro do quarto’? Ele se referia ao local onde a gente produz. Costumava dizer que não confiava em mulher nenhuma, nem na mãe dele. A situação piorava quando o povo perguntava se ele era meu pai. As crianças (filhos) costumam passar como meus irmãos e ele como nosso pai” (*sic*). Para essa mulher, o marido “já melhorou bastante”. Hoje, ele e os filhos dividem as tarefas em casa, valorizam o empreendimento e, até, junto com o cunhado, seu marido inventou uma máquina para o empreendimento.

Muitas vezes, as pessoas tomam atitudes inovadoras que rompem com os modelos tradicionais, porém retrocedem em outras ocasiões, quando não conseguem assumi-las em virtude de pressões mais fortes do que a sua capacidade de enfrentar as conseqüências da mudança. É o caso de uma mulher que decide sair de casa sozinha para ir a uma reunião, reagindo a uma imposição contrária do marido. Ela mora na Região Metropolitana e nunca tinha ido a Curitiba. Durante a reunião, relatou que o marido fez de tudo para que perdesse o ônibus: “de madrugada ele levantava, ligava a televisão e abria lata de cerveja para me incomodar. Mexia muito na cama e eu não conseguia dormir. Meu marido não tem interesse pelo meu trabalho. Já cheguei a pensar que não valia nada. O meu marido julga muito e exige bastante”. Numa outra oportunidade, para evidenciar a mudança que ocorrera com ela, relatou que “desta vez meu marido me trouxe até o ponto de ônibus”. Tempos depois, ela interrompeu a experiência porque ele não queria que ela continuasse. Ano passado, ela retornou à experiência com pães, bolachas e salgados, e os problemas

com o marido intensificaram-se. Entre os meses de setembro e outubro, depois de muita conversa, ela avisou ao marido que iria morar em outra cidade (perto de parentes) se ele não reconhecesse o seu trabalho. Ela permanece em casa até hoje e, apesar de estar conseguindo impor-se à medida que ele já aceita sua atividade profissional, os conflitos não cessaram, pois a vida social é dinâmica, repleta de acontecimentos.

Os seminários realizados apenas com o público masculino permitiram que se tivesse um maior conhecimento do mundo que envolve as mulheres em geração de renda. Houve momentos em que eles chamaram a atenção para alguns aspectos das mulheres que passavam despercebidos pela equipe. Foi possível perceber que, muitas vezes, não se compreendia o real significado das falas masculinas sobre as posturas femininas não só em relação ao empreendimento, mas, também, quanto ao envolvimento das mulheres na comunidade. Houve o caso de um deles que reclamou que sua mulher era “muito metida. Tudo é você que vai na frente” (*sic*). Na opinião de sua mulher, esse fato indica que o marido faz parte de “um sistema de pessoas mais antigas, é o homem mandando na mulher”. Para nós, indicava o incômodo do marido com a projeção da mulher no empreendimento e em outras atividades na comunidade. Agora, durante a elaboração do quadro de reconstituição, nos questionamos se o marido não estava referindo-se (também) às relações de poder de sua mulher com outros grupos na comunidade. Após sua observação, constatou-se que, de fato, nas relações de poder dentro do empreendimento, algumas mulheres assumem atitudes autoritárias e discriminatórias, ocasionando pouco espaço para o crescimento e/ou a exclusão de outros(as) companheiros(as) do grupo.

O fato de o projeto ser prioritariamente com mulheres, visando a diminuir a desvantagem do público feminino nos empreendimentos de geração de renda, pode ter levado a uma discriminação dos homens. Diante disso, levantamos as seguintes questões: até que ponto os homens ficaram numa posição de discriminação e/ou desigualdade? Será que trabalhamos na sua sensibilização (de forma secundária?) para que as mulheres tivessem êxito nos respectivos trabalhos? Como eles se sentem com relação a isso? Será que a dificuldade em sua sensibilização dá-se por esse motivo? Até que ponto a sensibilização do público masculino foi uma busca pela democratização das relações de gênero? Essas questões foram debatidas entre todos os membros da equipe Aditepp que considerou que, quando se trabalha gênero com o objetivo de democratizar as relações de poder entre homens e mulheres, deve-se prestar atenção para não privilegiar um lado em detrimento do outro, mas sim trabalhar sempre a partir de uma ótica relacional, em que a

realidade de ambos passa a ser considerada. Tais indagações permanecem como forma de reflexão para os trabalhos que ainda estão por vir.

Ainda há o fato de a equipe ser composta, em sua maioria, por mulheres, o que pode ter influenciado um trabalho mais voltado para os interesses femininos e, por essa razão, ter dificultado a sensibilização do público masculino para refletir e discutir sobre as relações de gênero.

3ª Estratégia : Envolvimento das mulheres na sensibilização dos homens para que eles participassem das atividades dirigidas ao público masculino ou das mistas, e também para que modificassem suas relações de gênero

Com essa estratégia não se obteve o resultado esperado no sentido da sensibilização dos homens para experimentarem as atividades da Aditepp que trataram das questões de gênero. Nem sempre as mulheres demonstraram estar sensibilizadas para a importância da participação masculina nos seminários e fóruns realizados, porque muitas não se interessaram em motivar seus maridos e outros conhecidos a participarem. Quando se falava a respeito dessa sensibilização, poucas foram as que procuraram saber o que significava e como fazer para contribuir.

Esse fato trouxe uma série de reflexões que ampliaram o conhecimento da equipe sobre a problemática. Representou um indício de que as mulheres não consideram ser de sua alçada a sensibilização dos homens para democratizar as relações de gênero. Isso pode revelar comodismo das mulheres e, principalmente, indicar que os educadores (tanto os da Aditepp como os das comunidades) estão trabalhando de forma equivocada, tendo em vista que o público feminino participou com maior intensidade do trabalho educativo.

A partir de uma perspectiva relacional, foi possível perceber que a sensibilização do público masculino proporcionou um questionamento sobre a postura das mulheres. Se elas não se envolveram no processo, é porque não estavam tão preparadas quanto se julgava. Indica também que elas não estavam suficientemente sensibilizadas para democratizar as relações de gênero. O mesmo se deu com os multiplicadores, pois poucos(as) foram os(as) que se envolveram. Do ponto de vista da intervenção, houve um enriquecimento porque se passou a perceber que o modo trabalhado nem sempre foi adequado. Por exemplo, até que ponto estamos tentando sensibilizar os homens com um procedimento feminino?

Outro ponto importante a destacar diz respeito à necessidade de o educador conhecer o verdadeiro significado das transformações e suas conseqüências, no sentido de

compreender como as mudanças afetarão a vida das pessoas, e se elas estão dispostas a enfrentar sua repercussão. Perceber que um trabalho nessa área requer tempo e envolve um processo mais demorado, sobretudo por abarcar mudanças, ou não, de modelos e concepções. Uma mulher recusou-se a participar de ações fora da comunidade (feiras, comercialização, reuniões de capacitação, reuniões nas secretarias municipais de ação social e educação), ocasionando sobrecarga para as outras mulheres. O grupo concluiu que o problema era o marido, que a tolhia, e ela confirmou. Essa mulher argumentou que a imposição do marido não era questão de gênero. Era questão de segurança: “Também, meu marido me cobrou o trato que fizemos quando fomos morar juntos. Ele ia parar de fumar, não ia beber e não ia frequentar o bar. Eu não ia deixar meus filhos sozinhos e nem deixar a casa sozinha por causa de assaltos”. (*sic*)

Em alguns casos, percebeu-se a dificuldade de sensibilizar as pessoas para a democratização das relações de gênero não só junto ao público masculino, mas também entre as próprias mulheres dos grupos de geração de renda. Algumas vezes, percebia-se que não havia confiança nem espaço para se discutir questões de gênero entre as próprias mulheres, permanecendo a postura de que não se deve interferir em conflitos familiares; portanto, ninguém discutia relações de poder que ocorrem dentro do próprio grupo. Houve casos de mulheres que optaram por interromper suas experiências para não enfrentar conflitos familiares e/ou perder amizades. Um grupo formado por mulheres casadas, viúvas e solteiras decidiu interromper a experiência para preservar a amizade. Na opinião de uma delas, “o marido dela trata mal o grupo... às vezes não dava a chave para abrir o salão. Ele tem ciúmes dela, pois a mesma está se desenvolvendo e ficando mais independente. O marido não valoriza o trabalho porque o rendimento é pouco”. Esse conflito surgiu porque ele recusava-se a aceitar as atividades do grupo num cômodo anexo à casa.

Tudo indica que a rejeição tenha ocorrido porque as mulheres assustaram-se com o potencial que a discussão sobre gênero trouxe, no sentido de modificar profundamente suas vidas. Perceberam que as mudanças são necessárias, mas se sentiram inseguras, pois não conseguiriam controlar as conseqüências.

Cabe aqui uma observação sobre as relações de gênero e as esferas pública e privada. Quando se discutia gênero com as mulheres, na maioria das vezes, elas traziam questões da esfera privada, seja sobre o trabalho doméstico, seja sobre a dupla jornada de trabalho e a relação com filhos e marido. Os homens, por outro lado, pouco falavam a respeito de sua vida doméstica (algumas ocasiões, referiam-se à educação dos filhos) e

levavam as discussões para assuntos relacionados à esfera pública, como o desemprego, as suas causas e conseqüências, as relações de trabalho neste mundo competitivo, o papel dos meios de comunicação, a questão do alcoolismo e outras drogas. Isso revela que a divisão tradicional de papéis de gênero encontra-se ainda bastante presente nessa população, assim como o fato de que é preciso trabalhar em prol de uma participação mais efetiva das mulheres na esfera pública, e dos homens no mundo privado, para que se alcance a verdadeira equidade de gênero no conjunto da vida social e seja possível, para mulheres e homens, a prática da cidadania, conforme preconizam Suárez e Bandeira (2002).

Por outro lado, percebeu-se que é extremamente complicado para essas mulheres trazerem à esfera pública seus problemas e tornar visíveis os conflitos e as dificuldades que enfrentam para a aceitação de sua autonomia e de seu trabalho, porque, tornar públicas as questões pessoais implica expor problemas de foro íntimo, que dizem respeito à sua vida conjugal e não podem ser tratadas abertamente. Uma das possibilidades de transformação a médio prazo poderia ser a participação mais efetiva das mulheres em movimentos sociais organizados, ou que elas tivessem a oportunidade de envolver-se em discussões e reflexões que as ajudassem a perceber que suas dificuldades não se devem a um fracasso pessoal, mas são provocadas por questões sociais e políticas mais amplas (SUÁREZ e BANDEIRA, 2000).

6. Considerações finais

Intervir em realidades sociais de forma a modificá-las para que se tornem mais democráticas e menos discriminatórias implica alterar mecanismos de poder nem sempre abertos às mudanças. A concentração do poder masculino, seja na esfera privada ou na pública, é um dos fatores de conflitos para práticas transformadoras das relações de gênero. Foi um desafio sensibilizar o público masculino. Essa dificuldade deveu-se não só ao fato de os homens não estarem interessados em modificar uma relação onde eles ocupam uma posição privilegiada quanto ao poder, mas também porque há uma relação direta, coerente no senso comum da população em geral, de que discutir gênero é “coisa de mulher”, e não um assunto que diz respeito a todos. Ora, a sociedade é composta por homens e mulheres; portanto, ambos devem participar dessas reflexões, a fim de que as mudanças ocorram nos dois lados, pois, caso contrário, a relação entre eles será cada vez mais difícil.

Ainda há o fato de que a dominação masculina está tão introjetada nas pessoas que mesmo as mulheres assumem-na como "natural". Houve muitas que consideraram legítimo

o controle de sua vida pelo marido, pai, irmão ou, até mesmo, pelos filhos. Essa é uma das razões para que o processo de mudança não seja linear nem regular e se apresente com altos e baixos, avanços e recuos. Às vezes, as pessoas vão até um ponto e depois recuam, pois acham que não têm mesmo direito à igualdade que reivindicam. Nesse sentido, torna-se importante trabalhar gênero sob a perspectiva relacional, pois somente a partir da reflexão e da discussão com homens e mulheres é que será possível a interação, o diálogo, o entendimento, com o conseqüente fortalecimento das respectivas autonomias para que revejam e reorientem a maneira de ser, de pensar e agir, rumo às relações mais democráticas.

Incluir o público masculino nas discussões para a democratização das relações de gênero revelou-se fundamental para alcançar-se resultados favoráveis na diminuição da desvantagem das mulheres no mercado de trabalho. Tratar as desigualdades de gênero a partir dos condicionantes históricos, políticos, econômicos e culturais (incluindo a dimensão religiosa e familiar) e não a partir de posturas acusatórias, com relação a um comportamento opressivo masculino, ou com relação a uma submissão feminina, foi crucial para que a discussão não se transformasse em acusações de um lado, nem em atitudes defensivas, de outro. A compreensão do fenômeno como uma questão cultural e, portanto, passível de mudanças, não discrimina nenhuma das partes, e possibilita a homens e mulheres perceberem onde estão os entraves para a transformação. A idéia de gênero como linguagem, conforme Simião (2000), permite compreender a questão mais adequadamente.

Os problemas decorrentes das relações desiguais de gênero não possuem uma única causa, nem uma única explicação, menos ainda uma única solução. Sua complexidade deve ser considerada nos trabalhos de intervenção, para que não se inviabilizem transformações cada vez mais necessárias nos dias de hoje.

Levando-se em conta o enfoque relacional na abordagem de homens e mulheres para discutir, compreender e modificar as relações tradicionais de gênero, foi possível desenvolver um trabalho em que os atores tiveram a oportunidade de perceber as implicações das relações entre o masculino e o feminino, ambos como parte de um sistema no qual a modificação de uma parte leva a transformações da outra. Tal postura permite escapar das abordagens dicotômicas, que colocam homens e mulheres em oposição, o que dificulta a comunicação e a interação entre eles, e impede que as transformações ocorram de maneira a atender às necessidades de todos os envolvidos.

Pode-se dizer que a Aditepp vem avançando em seu objetivo de trabalhar para a democratização das relações de gênero. Esta sistematização trouxe elementos que certamente serão integrados em suas novas práticas, a fim de conseguir resultados mais concretos junto a seus(suas) beneficiários(as) populares, educadores, órgãos públicos, ONGs e outras instituições que também estão envolvidas em abordar as relações de gênero a partir de uma busca pela igualdade de oportunidades para homens e mulheres, em todas as instâncias da vida social. Desde que passou a abordar questões de gênero em sua prática, a Aditepp vem tornando-se referência regional, nacional e internacional. Este trabalho de sistematização que ora apresentamos, com toda a certeza trará novas luzes para a problemática e para novos elementos a serem incorporados ao debate, a fim de que todos possam avançar juntos na luta pela construção de uma sociedade mais justa.

Dissemos, no início, que a sistematização de uma experiência contribui para que se ampliem os conhecimentos a respeito de uma questão prática e se enriqueça a teoria, cujos fundamentos dão sustento à experiência. Assim, pode-se dizer que este processo foi extremamente enriquecedor para a equipe da Aditepp, e que os conhecimentos aqui apresentados nortearão as suas novas práticas junto ao público beneficiário. Além disso, espera-se que os resultados aqui registrados tragam contribuições para outras instituições que estão desenvolvendo intervenção nas relações de gênero.

Referências bibliográficas

ADITEPP – ASSOCIAÇÃO DIFUSORA DE TREINAMENTOS E PROJETOS PEDAGÓGICOS. Consolidação e Fortalecimento das Relações Democráticas de Gênero no Mundo do Trabalho. In: I ENCONTRO DE INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS DE GÊNERO NO BRASIL, 1999, Campinas. *Gênero no Mundo do Trabalho*: Gráfica e Editora Ellus. p. 104-118.

_____. Projeto Consolidação e Fortalecimento das Relações Democráticas de Gênero no Mundo do Trabalho Informal. Curitiba, 2000.

_____. Relatório de atividades desenvolvidas no projeto Consolidação e Fortalecimento das Relações Democráticas de Gênero no Mundo do Trabalho Informal. Curitiba, 1998.

_____. _____. Curitiba, 1998.

_____. _____. Curitiba, 1999.

_____. _____. Curitiba, 2000.

_____. _____. Curitiba, 2001.

ADITEPP. Boletim “Entre Bairros”. Curitiba, n. 46, jul. 2000.

_____. Curitiba, n. 47, dez. 2000.

_____. Curitiba, n. 49, dez. 2001.

ANTUNES, *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2a. ed. São Paulo: Boi tempo Editorial, 2000).

ARANIBAR, B. y GIRGI, S.: "Sistematización de una experiencia com niños de la calle". En *Curso de Educación a Distancia Trabajo Social y Educación Popular com Niños*, Módulo V, CELATS, Lima, 1992.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985 a 1995). In: ROCHA, M. Isabel Baltar da (org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanência e desafios*. São Paulo: Editora 34; Campinas: ABEP; NEPO/UNICAMP; CEDEPLAR/UFMG, 2000, p. 13-58.

CADERNOS PAGU Núcleo de Estudos de Gênero – UNICAMP. Vols. 1, 2 e 3.

CARVALHO, M. G. Relações de gênero na família. *Tecnologia e Humanismo*. Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná. Curitiba. 1996. Revista n. 17.

CARVALHO, Marília Gomes de. Registro sobre os resultados da Oficina de Gênero e Geração de Renda da Plataforma NOVIB, realizada no Rio de Janeiro de 4 a 6 de dezembro de 2000. Curitiba, 2001.

CLEMENTE, Isabel. Comércio concentra economia informal. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 9 jun. 1999. 2º caderno, p. 1.

CORAGGIO, José Luís. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETEE, Gabriel; LARA, Francisco; Costa, Beatriz (orgs.). *Economia dos Setores Populares entre a Realidade e a Utopia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

COSTA, Cláudia Lima. “O Leito de Procusto: Gênero, Linguagem e as Teorias Feministas”. Cadernos Pagu, n. 2, Campinas, 1994.

DIEESE – Mapa das questões de gênero. São Paulo, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Globalização e Crise do Emprego: Mistificações e Perspectivas da Formação Técnico-Profissional. Disponível na internet.
<http://www.senac.br/informativo/BTS/252/boltec252c.htm>.

FUNDO DE GÊNERO – Gênero no Mundo do Trabalho. I ENCONTRO DE INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS DO FUNDO DE GÊNERO DO BRASIL. Brasília, 2000.

GARCIA, M. Mercedes. Barnechea. *Propuesta de método de sistematización*. Oficina Básica de Sistematização de Experiências, promovida pelo Fundo para Igualdade de Gênero/Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional. Salvador, 2001.

HIRATA, Helena Sumiko. Divisão Sexual do Trabalho: novas tendências e problemas atuais. *Paper* apresentado no I ENCONTRO DE INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS DO FUNDO DE GÊNERO DO BRASIL. Campinas, 1999.

HOLLIDAY, Oscar JARA. *Para Sistematizar Experiências*. João Pessoa: Editora Universitária. UFPB, 1996.

KLEIN, Emílio. Emprego e Heterogeneidade do Setor Informal. In: LARANJEIRA, Sônia (org.). *Classes e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

KRAYCHETEE, Gabriel. Economia dos Setores Populares entre a Realidade e a Utopia. In: KRAYCHETEE, Gabriel; LARA, Francisco; Costa, Beatriz (orgs.). *Economia dos Setores Populares entre a Realidade e a Utopia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

_____. *Economia de Mercado e Movimentos Sociais*. Caderno do Centro de Estudos e Ação Social, Salvador, nº 169, p. 47-58, maio./jun. 1997.

LAVINAS, Lena; SORJ, Bila. O Trabalho a Domicílio em Questão: perspectivas brasileiras. *Trabalho e gênero: mudanças, permanência e desafios*. São Paulo: Editora 34: Campinas: ABEP; NEPO/ UNICAMP; CEDEPLAR/ UFMG, 2000. p. 211-236.

MALAGUTI, *Crítica à Razão Informal: a materialidade do salariado*. São Paulo: Boi Tempo; Vitória:EDUFES, 2001.

MANUALES DIDÁCTICOS PARA LA GESTIÓN MUNICIPAL. Igualdad de oportunidades entre hombres y mujeres en la gestión local. Asociación Chilena de Municipalidades. Chile, 2000, n. 12.

O QUE É A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. Disponível na internet. <http://www.pr.gov.br/comec/ormc.html>.

PACHECO, Tânia. *Sociedade civil e democracia: e, no entanto, se movem... (proposta para um debate)*. Mimeo, 1998.

REPEM – Rede de Educação Popular entre Mulheres. *Así se hace: emprendimientos exitosos liderados por mujeres y 1 manual de lobby propositivo*. Uruguai, 1999.

REVISTA LATINOAMERICANA DE ESTUDIOS DEL TRABAJO. Gênero, tecnologia e trabalho. Ano 4, n. 7, 1998.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade: Gênero e Educação*. Porto Alegre. V. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SIMIÃO, Daniel S. *As coisas fora do lugar: Gênero e o potencial de programas de geração de emprego e renda*. Curitiba: Mimeo, 2000.

_____. *O pulo do sapo: gênero e a conquista da cidadania em grupos populares*. Curitiba: Expoente, 2000.

_____. *Gênero no mundo do trabalho: referências iniciais para um debate*. Brasília: Mimeo, s/d.

SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes Reflexiones sobre el espacio público, la gestión local y el enfoque de género. AGENDE. In: FÓRUM SOCIAL MUNDIAL EM PORTO ALEGRE, 2002. Oficina sobre Democratización del Ámbito Local y la Gestión Municipal: La Incorporación del Género.